

A Igreja católica, reformas liberais e lutas camponesas no século XIX

5.1. Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX

Aula 7 e 8, Texto base:

SOARES, Gabriela Pellegrino e COLOMBO, Sylvia. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 73-118.

A- Ideais gerais do texto

Como estamos estudando os processos das independências na América Latina e seus desdobramentos políticos e sociais, optei por tratar do caso mexicano, uma vez que ele representa certas particularidades bastante instigantes para pensarmos as complexidades das relações de poder estabelecidas, ao longo do século XIX, entre Igreja, Estado, elite e povo. Para tanto, vamos nos basear no texto da professora de História da USP Gabriela Pellegrino.

A historiadora faz uma longa volta ao passado. Começa o seu texto falando das origens do México, com o intuito de dar-nos a consciência de que muitas das questões vividas durante o século XIX, como as lutas em torno das terras comunais indígenas, remontam à conquista da América e, até mesmo, ao período pré-colombiano, quando os indígenas guerreavam pelo domínio de seus territórios.

A busca pela emancipação política durante o período colonial adquiriu no México um caráter particular, principalmente por ter sido um processo que contou com a ajuda de setores populares desejosos de uma transformação socioeconômica.



Os padres Hidalgo e Morelos, por exemplo, que lutaram como protagonistas na independência mexicana, em 1810, defenderam a distribuição das terras entre os mais pobres. Por sua vez, as classes dominantes da época, constituídas fundamentalmente pela elite *criolla* e pelo alto clero, com medo dos movimentos populares, tomaram as rédeas da luta contra a Espanha.

Assim, em 1821, o "Plano de Iguala" definiu a independência do México sob a égide de um governo monárquico e católico; ou seja, não foram os republicanos com suas ideias liberais que, em um primeiro momento, governaram o México, muito menos o povo, mas sim Iturbide - general que se autoproclamou rei do país. Este, logo em seguida, foi derrubado por Antonio Santana, caudilho que ficou conhecido por instituir o governo republicano de maneira autoritária e perder mais da metade do território mexicano na guerra travada contra os Estados Unidos, em 1948.

Após esse período, os que conseguiram ocupar a cena política, no século XIX, foram, em grande medida, os liberais. Os conservadores até chegaram a reagir fortemente iniciando uma guerra civil nos anos de 1860 e, quatro anos depois, conseguiram colocar no poder um rei austríaco, Maximiliano, cujo governo foi simpático a certas ideias liberais. Mas ele não agradou aos conservadores, e muito menos aos liberais. Em 1867, Maximiliano foi fuzilado pelos liberais, que



voltaram ao poder.

É importante dizer que essas convulsões políticas comprometeram por longos anos a mineração, a agricultura e as estradas, levando a problemas econômicos e ao isolamento de muitas regiões do país. Com efeito, as lutas entre liberais e conservadores pelo poder do Estado eram também as lutas de republicanos a favor da modernização econômica contra monarquistas, católicos e grandes proprietários de terra.

A questão indígena permaneceu marginalizada tanto pelos conservadores quanto pelos liberais. No caso dos liberais, este era um assunto a ser superado em nome da civilização. Assim, consideravam a ideia de desapropriar as terras comunais indígenas para comercializarem-nas de acordo com interesses individuais. O Estado, para os liberais, deveria garantir a posse da propriedade privada e o direito à liberdade do indivíduo.

Quando o liberal Benito Juárez tomou o poder, ele iniciou a partir de 1850 uma série de reformas com as leis Juárez (1855) e Lerdo (1856), que atingiram fundamentalmente a Igreja e os indígenas, quando desapropriaram suas terras, tornando-as mercadorias vendáveis.

A visão dos liberais era a de que tanto a instituição eclesiástica quanto as práticas tradicionais indígenas comprometiam a modernização política e o progresso econômico da nação recém-independente. É possível imaginar que a reforma liberal tenha fomentado grande turbulência política, gerado muitas injustiças e revoltas de conservadores e de indígenas. Muitos desses indígenas, inclusive, não conseguiam comprar suas próprias terras, que acabavam em mãos de grandes latifundiários, e vivendo com dívidas e por meio de trabalho compulsório. Mesmo quando os indígenas adquiriam o direito a sua própria terra, muitos deles logo a perdiam, pois não sabiam como administrá-la sob a égide do capitalismo. No entanto, o grande alvo dos liberais era, segundo a historiadora, a Igreja católica, detentora de grande poder econômico e de uma parcela expressiva das terras mexicanas.

O projeto liberal desejou, assim, crescimento econômico por meio de investimentos estrangeiros, maior circulação de mercadorias, desenvolvimento industrial e crescimento da mineração, ignorando as questões sociais latentes. Esse foi o cerne de inúmeros e diversos movimentos sociais de camponeses e indígenas ocorridos no século XIX, mobilizados pela violência, corrupção, opressão e injustiça dessas transformações, que resultariam, mais tarde, na Revolução Mexicana de 1910.

Dada a importância desses movimentos sociais, a historiadora cita alguns deles, como aquele apoiado por intelectuais mexicanos, ocorrido em 1868, liderado pelo intelectual Júlio Lopez. Duramente reprimido por fazendeiros e pelo exército, na região do Chalco e Texcoco, o movimento se destacou pela exigência dos indígenas em fazer com que os grandes proprietários de terra da região as repartissem. Curiosamente, houve casos em que o exército, contratado pelo Estado para reprimir, se unia aos próprios camponeses, sensibilizado com sua causa.

É preciso entender, por exemplo, que a terra para os indígenas era utilizada desde os tempos pré-colombianos para a subsistência; era vista como sagrada e trabalhada de forma coletiva, não sendo, assim, passível de ser comercializada.



Os indígenas e mestiços tinham constituído formas de comercialização eficientes, mas nada comparado com a radicalidade imposta pelos liberais em relação à necessidade de modernização, que gerou movimentos sociais e políticos com características também radicais.

Isso ocorreu principalmente a partir do governo de Porfírio Díaz (1876-1910), no qual a violência da modernização se intensificou gerando uma crescente

desaprovação de diversos setores da sociedade, que recebiam, em sua maioria, salários miseráveis afetando seriamente a população rural e trabalhadores urbanos. Como afirma Gabriela Pellegrino,

“o Estado não se preocupou em fazer nenhuma concessão para atenuar o aumento das contradições sociais. Não havia legislação em defesa dos trabalhadores, não se impunha limites à ação predatória da iniciativa privada, não se controlavam as usurpações de terras, enfim, nada que pudesse conter a revolta de uma massa faminta, além da repressão.”¹⁶

Contudo, o Estado Liberal do governo de Porfírio Díaz (1884-1911) procurou promover a modernização mexicana desapropriando as terras comunais indígenas, destituindo a Igreja católica de suas propriedades e de sua importância na organização da vida social, abrindo a economia para investimentos externos e estimulando a indústria. Tudo isso teve como consequência a não identificação da sociedade com o novo Estado excludente, autoritário, desigual economicamente, corrupto e insensível às tradições. Essa dimensão da história mexicana explica muitos os elementos constituintes da Revolução Mexicana de 1910, que veremos mais adiante.

5.2. Revolução Mexicana

Texto base:

FUENTES, Carlos. “Terra e liberdade”. In: *O Espelho Enterrado – Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 299-309.

A- Ideias gerais do texto

Continuamos a tratar dos conflitos históricos do México no século XIX, agora, dando ênfase a um de seus mais dramáticos efeitos: a Revolução Mexicana, de 1910 - considerada o primeiro grande movimento social da América Latina no século XX, ao culminar com a morte de mais de um milhão de pessoas que reagiram, de uma forma ou de outra, ao governo ditatorial de Porfírio Díaz (1876-1911).

Como vimos, Díaz acirrou as tensões sociais no país, no final do século XIX, ao governar por quase trinta anos de maneira arbitrária, agir de forma corrupta, abrir o país para investimentos estrangeiros, concentrar renda, desapropriar terras indígenas e minimizar o poder da Igreja católica, produzindo, com isso, insatisfações e revoltas. O texto base que nos orienta para a compreensão do processo revolucionário mexicano é *Terra e Liberdade*, escrito pelo mexicano Carlos Fuentes, já conhecido de vocês.

Vale dizer que a Revolução Mexicana 1910-1920 levou a uma série de interpretações historiográficas e mobilizou inúmeras paixões ideológicas, tornando-se um tema de difícil penetração ao se constituir como um momento fundador da nacionalidade do país.



De todo modo, antes de entrarmos nas ideias de Fuentes, gostaria de apresentar de maneira sucinta a versão do historiador mexicano Arnaldo Córdoba. Ele avalia que a Revolução Mexicana foi um impulso, uma “revolução sem ideias”, ou melhor, uma revolução movida por diversas demandas sociais, alimentada por diversas ideologias. Por exemplo, a dos indígenas, dos católicos, dos liberais democratas, dos anarquistas e dos socialistas, o que culminou com

¹⁶ SOARES, Gabriela Pellegrino e COLOMBO, Sylvia. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 113.



milhares de mortos, bem como com a destruição do Estado liberal vigente, então governado pela ditadura de Porfírio Díaz.

Essa interpretação evidencia que a Revolução não tinha um objetivo ou causa única, mas sim diversos objetivos e causas, ocasionando uma guerra civil que perdurou por cerca de dez anos e em conquistas sociais ainda hoje vigentes.

Para Carlos Fuentes, a Revolução Mexicana foi composta, especificamente, de duas revoluções: uma de cunho popular encabeçada por líderes populares (Por exemplo, Pancho Villa e Emiliano Zapata), cuja bandeira era a justiça social baseada na liderança local. Havia outra revolução de intelectuais, profissionais liberais, fazendeiros e comerciantes, que desejavam um México moderno, democrático e progressista.

Como sabemos, o Estado liberal do governo de Porfírio Díaz, que antecedeu à revolução, não incluiu nem a justiça social e nem a democracia; apenas desenvolveu a economia e modernizou alguns setores do país, favorecendo as elites, principalmente, as estrangeiras. O camponês, em sua maioria analfabeto e desprovido de terras, ou se endividava no campo nas mãos de grandes proprietários ou ia à cidade em busca de trabalho indigno.

Segue as indagações que nos coloca Carlos Fuentes: Como implementar a modernidade sem ferir as tradições culturais? Era possível encontrar, nessa sociedade, um equilíbrio entre prosperidade, democracia e cultura?

Não no governo de Porfírio Díaz, que era administrado por políticos senis, seguidores do cientificismo do filósofo francês Augusto Comte (1798-1857) e comprometidos com um México moderno. Para tanto, eram capazes de passar por cima das tradições indígenas e católicas, bem como das possibilidades democráticas.

Em 1910, quando o povo já estava impaciente diante de tantas injustiças, Díaz realizou novas eleições e eis que surgiu, na cena política, um advogado e proprietário de terras, Francisco Madero, levantando a bandeira da democracia ao escrever um livro incendiário, *La sucesión presidencial em 1910*. Do Sul do México chegou à capital Emiliano Díaz Zapata, defensor das terras comunais indígenas. Do Norte veio Pancho Villa, líder popular que aderiu à luta contra a ditadura de Porfírio Díaz, reunindo um exército de vaqueiros e artesãos.

Quando Madero questionou a reeleição de Díaz, ele foi encarcerado e o ditador se elegeu, como de costume. No entanto, a revolução popular já havia estourado e Madero havia se tornado um herói. Díaz foi obrigado a se exilar na Europa. Madero fugiu da prisão e conseguiu voltar à capital, com o apoio do povo, alcançando, assim, a presidência da República, com o intuito de dar ao país a experiência democrática extirpada - imprensa livre, congresso independente, liberdade civil, etc. Não obstante, isso era pouco diante do descontentamento popular, no qual se ansiava com urgência por justiça social.

Segundo Fuentes, grupos de camponeses começaram a invadir as terras e os povoados, contribuindo para um movimento de guerra civil. Muitos, como Zapata, acreditaram que Madero havia sido um traidor, pela morosidade de suas reformas políticas de cunho democrático. O general de seu exército, Huerta, o traiu, assassinando-o a sangue frio, em 1913, bem como assumindo a presidência. A revolta popular foi ainda mais intensa: rebeldes, como Zapata e Pancho Villa, se uniram a Venustiano Carranza, representante das classes médias e das altas províncias, para a derrubada de Huerta, em 1914. As duas revoluções caminhavam agora juntas: a primeira, em busca de justiça social com reforma agrária; a outra, em busca da modernidade democrática e da centralização política do país.

Desse modo, é possível compreender que essas revoluções eram também guiadas por um choque, de interesses divergentes. Isso explica a violência política que se estabeleceu a partir de então. Carranza, por exemplo, foi desalojado da Cidade do México por combatentes, antes aliados e agora inimigos: Villa e Zapata, defensores da reforma agrária e de uma política que descentralizasse o

poder. Governaram entre 1914 e 1915, realizando o sonho de muitos indígenas e camponeses que tiveram suas terras usurpadas por meio de injustiças históricas.

Porém, havia outra força política revolucionária no país, liderada por Carranza e Obregón, confiantes em que a modernização política e a justiça social só aconteceriam com a centralização do poder. Nessa crença, mataram Villa, em 1915, e Zapata, em 1919. Esse último episódio foi tão marcante no imaginário social mexicano, que muitos duvidaram da sua morte. Ainda hoje, o imaginário popular mexicano acredita que a causa indígena vive sob a bandeira do Zapatismo, do “Viva Zapata!”.

Devido às divergências ideológicas e a violência política, a revolução matou os seus próprios filhos. Em 1920, Carranza foi misteriosamente assassinado. No entanto, em meio a guerra civil, Obregón conseguiu colocar em prática boa parte das demandas revolucionárias, com a formulação da Constituição de 1917, dando ênfase aos direitos trabalhistas, educacionais, à reforma agrária e ao direito as terras comunais indígenas, sob a égide de um governo centralizador e defensor da modernização econômica. Feito este impensável em muitos países latino-americanos no início do século XX, que desconsideravam por completo tanto a reforma agrária quanto a questão indígena. A Argentina é um exemplo nessa direção.

Vale acrescentar que a Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos foi promulgada em 5 de fevereiro de 1917 e é considerada uma doutrina anarcossindicalista, influenciada pelos movimentos políticos ocorridos na Rússia, Espanha e Itália. A linha-mestra do texto constitucional foi a proibição de reeleição do presidente da República (Porfírio Díaz havia governado mediante reeleições sucessivas, entre 1876 e 1911), a garantia para as liberdades individuais e políticas, sistematicamente negadas a todos os opositores do presidente-ditador, a quebra do poderio da Igreja católica, a expansão do sistema de educação pública, a reforma agrária e a proteção do trabalho assalariado.

Segundo o historiador Fabio Konder Comparato, o que importa é pensar que a Revolução Mexicana foi a primeira a estabelecer a desmercantilização do trabalho, própria do sistema capitalista, ou seja, a proibição de equipará-lo a uma mercadoria qualquer, sujeita à lei da oferta e da procura no mercado. Foi uma tentativa de dar uma dimensão social aos direitos humanos ao limitar a jornada de trabalho, o desemprego, e dar proteção à maternidade, a idade mínima de admissão dos trabalhos industriais e o trabalho noturno dos menores na indústria.

É preciso imaginar que, apesar dessa conquista institucional, durante dez anos, o país ficou completamente desestruturado, econômica e socialmente. Foi preciso não só promulgar uma nova constituição, tal qual a de 1917, bem como pacificar a nação e reerguê-la sob novos alicerces identitários.

O programa nacional de educação, realizado pelo escritor José Vasconcelos, então ministro da Educação, visava acabar com o analfabetismo de cerca de 90% da população, enviando professores para os quatro cantos do país.

Os projetos culturais, como as pinturas dos muralistas mexicanos (Diego Rivera, Orozco, etc.), procuravam narrar, por meio de gigantescas imagens pintadas em edifícios públicos, a história do país para os próprios mexicanos: ensinar, com orgulho, que o México era constituído de indígenas, espanhóis e mestiços.



Essa ideia estava muito distante das visões das elites do século XIX, que viam com vergonha e como sinônimo de atraso as tradições indígenas do país.

Nessa direção, como afirma Carlos Fuentes, a revolução mexicana foi, embora dramática, um abraço em que os mexicanos finalmente souberam como falavam, cantavam, comiam e bebiam, sonhavam e amavam, choravam e lutavam. Em suas palavras, conclui

“essa nação conflituosa descobriu então todos os estratos de sua riquíssima cultura, lutou corpo a corpo com todas as contradições herdadas e assinalou a aparição de uma nova sociedade hispano-americana, moderna apenas se primeiro fosse capaz de tomar consciência de si mesma, sem excluir nenhum aspecto da sua cultura.”¹⁷

Ou seja, para Fuentes, a Revolução produziu uma nova identidade mexicana capaz de reconhecer a contribuição indígena e a necessidade de modernização econômica e de efetivação de uma política democrática. Muitas dessas conquistas vigoram ainda hoje; outras tantas se perderam ao longo dos séculos XX e XXI. Ainda assim, o país se volta sempre para esse momento revolucionário no qual a nação mexicana se reconheceu em uma identidade plural.

B- O tema em questão no livro didático

Observe a narrativa do historiador Raymundo Campos sobre a Revolução Mexicana de 1910.

A Revolução Mexicana

“Logo depois de ter liquidado o império estabelecido por Napoleão III, o México passou por uma fase de intensas lutas internas, a partir das quais se estabeleceu, em 1877, a ditadura de Porfírio Díaz (o “Porfiriato”) que haveria de durar até 1911. Durante este período acentuou-se ainda mais a concentração da propriedade da terra pela exploração sistemática dos camponeses indígenas, ao lado de uma intensa penetração de capitais ingleses e americanos, que praticamente não beneficiaram a economia mexicana.

Em 1911, a revolução começava pela derrubada de Porfírio Díaz. Logo de início, a luta foi realizada principalmente por camponeses que reivindicavam uma reforma agrária, à frente dos quais encontramos heróis populares como Pancho Villa e Emiliano Zapata. A revolução também se caracterizaria pelo seu caráter fortemente anti-imperialista, realizando já em 1914 as primeiras nacionalizações de empresas petrolíferas americanas, fato que provocou a intervenção armada dos Estados Unidos.

Continuando, com avanços e recuos, a Revolução Mexicana teve o seu grande momento durante o governo de Lázaro Cárdenas, iniciando em 1933, quando foram realizadas as seguintes reformas: grande quantidade de terras foi distribuída aos índios; o poder do clero foi sensivelmente diminuído; processou-se a nacionalização das estradas de ferro e uma luta intensa foi travada contra as empresas petrolíferas estrangeiras que, em março de 1938, tiveram bens nacionalizados no valor de 400 milhões de dólares”.

CAMPOS, Raymundo. *História Geral. Idades Moderna e Contemporânea. Vol. 2. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atual, 1978, p. 196.*

Algumas questões para pensar

Como o autor narra os elementos que ocasionaram a Revolução Mexicana? Os desdobramentos desse processo são compreendidos por ele de que forma? A leitura desse texto nos permite entender que os motivos que levaram a Revolução Mexicana foram múltiplos? O texto mostra claramente o caráter popular da Revolução Mexicana? O texto sinaliza para o fato de que a conquista da reforma agrária esteve relacionada às demandas indígenas pelo uso comunal das terras?

17 FUENTES, Carlos. “Terra e liberdade”. In: *O Espelho Enterrado – Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 309.

Algumas observações sobre o texto *A Revolução Mexicana*, de Raymundo Campos

Sabemos que não é possível cobrar do livro didático explicações muito apuradas sobre determinado tema. No entanto, devemos estar atentos para os pontos cegos do texto que impedem os alunos de compreenderem melhor o processo histórico. Nesse caso do texto sobre a Revolução Mexicana, **não fica clara** a diversidade de interesses e insatisfações vividas naquela sociedade antes do processo revolucionário ser deflagrado. Outro ponto a considerar, é que muitos daqueles considerados camponeses eram indígenas e lutavam pela terra, **não** para que ela fosse usada como propriedade capitalista, e sim para que fosse usufruída como um espaço comunal, sagrado, em sintonia com a natureza, onde pudessem cultivar a terra para a sua subsistência.

Façam uma reflexão sobre a bibliografia indicada e as possibilidades que ela oferece para pensar algumas questões que o livro didático não apresenta de maneira plenamente satisfatória.

Bibliografia complementar sobre a Revolução Mexicana

CAMÍN, Héctor Aguilar. MEYER, Lorenzo. ***À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo – SP, EdUSP, 2000.**

CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana – la formación del nuevo régimen*. México – DF, Editora Era. Primeira Edição: 1973.

GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida – México, 1910 –1920: una guerra campesina por la tierra y el poder*. **México – DF**, Editora El Caballito. Primeira edição: 1971.

RUIZ, Ramón Eduardo. *México: La Gran Rebelión – 1905/1924*. México – DF, Editora Era. Primeira edição em Inglês: 1980.

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e pos-scriptum*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PAVANI, Rafael. *Modelos e explicações na historiografia da Revolução Mexicana*. IFCH: Unicamp, 2007.